



casa  
**nobre**  
um património  
para o futuro

# ACTAS

**TOMO II**

**Património**

**Turismo e Desenvolvimento Regional**

27 a 29 de novembro de 2014

**casa das artes**

arcos de valdevez



Ficha Técnica

Título:

**Actas do 4.º Congresso Internacional  
Casa Nobre – Um património para o futuro**

Edição:

**Município de Arcos de Valdevez**

Data:

**Novembro de 2017**

ISBN:

**978-972-9136-83-2**

# Património: Estudos, Defesa e Valorização



# TRADIÇÃO EM CONTINUIDADE: AS QUINTAS DA TERRA FRIA DO NORDESTE TRANSMONTANO

JOANA MARIA DOS SANTOS GONÇALVES

Escola de Arquitectura, Universidade do Minho, Portugal  
E-mail: arq.joanag@gmail.com

RICARDO MATEUS

Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Portugal  
E-mail: ricardomateus@civil.uminho.pt

TERESA FERREIRA

Escola de Arquitectura, Universidade do Minho, Portugal  
E-mail: teresacferreira@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma investigação mais extensa (Gonçalves, 2014) que analisa uma tipologia que até ao momento não tinha sido documentada: as quintas da Terra Fria do Nordeste Transmontano, caracterizadas pela dispersão num território usualmente associado ao povoamento concentrado. Acreditando que “o valor da história é aquele que nos ensina algo sobre o futuro” (Jackson, 1984) este artigo tem como objetivo principal demonstrar a autossuficiência destas unidades de produção agrícola familiares, promovendo a sua preservação e reinterpretação contemporânea. No entanto, estas novas soluções devem reconhecer as potencialidades já inscritas no lugar, como refere a metáfora de Corajoud (1989) “não se pode participar numa conversa sem primeiro ouvir o que foi dito antes”.

Resultado de uma evolução experimental de grande apuramento, essas construções marcadas pela simplicidade das soluções e pela racionalidade na resposta ao meio sociocultural e ambiental em que se inserem, mantiveram-se viáveis durante centenas de anos. Nas últimas décadas, mudanças nos modos de vida e a forte desertificação que afetou o Nordeste Transmontano, mas, sobretudo, a desvalorização da agricultura enquanto fonte de rendimento económico, levaram a que este património fosse votado ao abandono e se encontre hoje em vias de desaparecer. Ainda que numa perspetiva entrópica se aceite que tudo tende à dissolução a partir do momento em que as motivações e usos que motivaram o surgimento e evolução destas construções deixam de existir, importa salvaguardar esse conhecimento, passado popularmente de geração em geração e que tem ainda muito que oferecer à arquitetura e à vida contemporâneas.

Seguindo a linha de pensamento de Jorge Dias (1968) não se pretende a apologia de uma arquitetura vernácula congelada num momento da história, mas sim estimular, através da leitura crítica deste património, um pensamento estratégico que relacione a arquitetura, o homem e o território, consciente do impacto do desenho arquitetónico nos modos de vida e no ambiente. A relação otimizada entre estes três fatores encontrada no património vernáculo construído foi sendo abandonada, nas últimas décadas, em favor de outras formas de construir menos sustentáveis e mais confiantes na inesgotabilidade dos recursos. Porém, a tomada de consciência de que estes, incluindo o território, não são ilimitados, sugere uma mudança de paradigma nos modelos de ordenamento e de construção. Encontrar respostas para os desafios do futuro

exige um olhar sobre o passado, procurando estratégias alternativas e inovadoras para uma arquitetura contemporânea mais sustentável, social, ambiental e economicamente que, simultaneamente, respeite e assente nos valores identitários da comunidade.

Ao propor retomar o estudo da arquitetura vernácula pelas fontes primárias, reconhecendo a transversalidade dos modos de habitar, procura-se uma interpretação do tipo em estudo à luz dos valores que levaram as pessoas a conceber arquitetura de determinada forma. Só este conhecimento possibilitará uma nova reinterpretação desta arquitetura mais próxima do seu significado, colocando-a no contexto contemporâneo e resgatando este Património do esquecimento.

Através do mapeamento e levantamento de alguns exemplares, propõe-se uma análise tipológica (Croizé, Frey, & Pinon, 1991; Argan, 2008) focada na compreensão da influência dos modos de habitar e das estratégias de adequação ao meio físico e ambiental nas soluções construtivas e organização espacial, recorrendo-se para isso a uma metodologia simultaneamente baseada em avaliações objetivas – quantitativas e qualitativas – e subjetivas.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

### 2.1. Património Vernáculo

O Património Tradicional ou Vernáculo construído é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. [...] Faz parte de um processo contínuo, que inclui as transformações necessárias e uma contínua adaptação como resposta aos requerimentos sociais e ambientais. (ICOMOS, 1999)

O termo Património remete, na sua aceção original, para o “bem de herança que descende, seguindo as leis, de pais e mães para os seus filhos” (Choay, 2009). À parte de toda a polémica semântica em torno desta expressão, pela tendência à sobrevalorização da sua dimensão económica e à sua comercialização enquanto produto de massas (Choay, 1992, 2009) importa reter desta definição a relevância da passagem de um testemunho entre gerações, de uma herança de pais para filhos. E, neste sentido, a arquitetura vernácula, caracterizada pela ausência de autoria e pela longa evolução experimental, constitui património muito antes do seu reconhecimento enquanto tal.

Simultaneamente, este Património, cuja técnica e os usos são herdados das gerações anteriores, é também tradição constituindo um bem imaterial: o que realmente importa no estudo da arquitetura popular é “como a informação é comunicada de uma pessoa para outra” (Faush, 1997).

No entanto, a Carta da Unesco (1972), documento que em definitivo condensa na expressão Património as noções de Monumento, Monumento Histórico e Monumento Artístico (Choay, 2009), considera apenas a herança “universal de valor excepcional”, sem que os critérios da dita exceção sejam claramente definidos e excluindo assim as manifestações da cultura local. Apenas em 1999 o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios reconhece, através da Carta do Património Vernáculo Construído, como património digno de ser estudado e preservado, enquanto garante das identidades e saberes populares. Neste documento, o Património Vernáculo é entendido não enquanto um objeto anacrónico, mas na sua continuidade no tempo e na relação indissociável com o território. É esta a definição de referência nesta investigação.

Apesar desse reconhecimento tardio de Património, várias pesquisas foram conduzidas em torno da cultura vernacular a partir do século XIX, procurando o carácter autóctone das diferentes nações e regiões e, paradoxalmente, inspirar uma nova arquitetura (Ferreira, 2009. 2013).

Também em Portugal a procura do carácter nacional da arquitetura portuguesa é tema de reflexão a partir dos anos 40, culminando nos anos 50 no que viria a ser o mais importante trabalho de levantamento da Arquitetura Popular em Portugal vulgarmente conhecido como Inquérito (Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961).

Paralelamente, o etnólogo Ernesto Veiga de Oliveira empreende diversos estudos sobre a arquitetura tradicional, culminando com a edição póstuma *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, em 1992, ilustrada por Fernando Galhano. Ainda que focado sobretudo nos modos de vida, os seus trabalhos tecem importantes considerações acerca dos aspetos espaciais e territoriais do habitar, permitindo destacar a cultura como o quarto pilar da sustentabilidade da arquitetura vernácula – “produto da adaptação do homem ao meio, ela reflecte não só o meio geográfico natural mas também o meio humano, histórico e cultural” (Oliveira & Galhano, 1992).

## 2.2. Paisagem

Formularemos uma nova definição de paisagem: uma composição de espaços feitos ou modificados pelo homem para que sirvam de infraestrutura ou bagagem para a nossa existência coletiva; e se bagagem parece inapropriadamente modesto deveríamos recordar que no nosso uso moderno da palavra significa o que põe em relevo não só a nossa identidade e presença, mas também a nossa história. (Jackson, 1984)

Reconhecendo a paisagem “não só como mediador entre a cultura e a envolvente mas também como o resultado da ação transformadora do território” (Juan, 2013), considerou-se como referência a definição proposta por Jackson (1984) por reunir, no mesmo conceito, a paisagem como processo de transformação do meio pelo homem e reflexo dos seus modos de habitar, identidade e cultura.

Tal como sugerido pela metáfora do palimpsesto de André Corboz (2001) assume-se que a especificidade do lugar raramente reside nas suas características nativas mas sim nas sucessivas transformações que sofreu ao longo do tempo: a topografia é modelada, a terra é cultivada, a vegetação é importada, demonstrando como “a gente tenta encontrar o equilíbrio entre a sua necessidade de se adaptar ao meio e sobreviver” (Jackson, 1984). Assim, a paisagem não deve ser entendida como algo permanente e absoluto, mas como construção cultural sempre sujeita a evolução e à ação humana (Hoyer, 1999) e que, como refere Ribeiro Telles, “junta sempre elementos dados pela natureza, pelo costume e pela história, numa longa relação de continuidade” (Saldanha, 2008).

No tipo de arquitetura em estudo, as quintas da Terra Fria do Nordeste Transmontano, em que a casa mantém uma indissociável relação com o território, esta atitude é muito evidente: as quintas são um sistema gerador de paisagem. Desta atitude, resultam “obras do trabalho de muitas gerações, [...] sistemas complexos em que se conjugam a natureza e o interesse do homem” (Telles, 1998) e também elas são “a expressão fundamental da identidade de uma comunidade” e “das suas relações com o território” (ICOMOS, 1999) sendo abrangidas pela definição de Património Vernáculo construído estabelecida anteriormente.

## 3. AS QUINTAS DA TERRA FRIA DO NORDESTE TRANSMONTANO

### 3.1. Identificação

As quintas da Terra Fria do Nordeste Transmontano são um sistema gerador de paisagem. Considera-se que a quinta não é um objeto arquitetónico isolado, mas um complexo sistema de relações entre o doméstico, o território, a comunidade e os modos de vida. O processo de mapeamento tem

não apenas o intuito de as identificar mas, sobretudo, de analisar a relação entre a casa e o território, compreendendo o que estimulou a sua criação e desenvolvimento. Reconhecendo como ponto de partida o desconhecimento sobre estas estruturas, procura-se estabelecer o que elas não são, por comparação com outros sistemas de ocupação já estudados (Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961; Ribeiro, 1995).

Ao contrário da Terra Quente Transmontana, onde o clima, de feição mediterrânica, potencia a monocultura de maior valor económico, sobretudo de amêndoa, azeite e vinha, a Terra Fria caracteriza-se pelos extensos campos de cereal e pastagens (Ribeiro, 1989), num clima de extremos: Inverno muito frio – habitualmente com temperaturas entre os 11°C e os -11°C – e Verão quente e seco, em média entre os 14°C e os 29°C (IPMA, 2013). O saber popular sintetiza estes extremos com o provérbio “nove meses de Inverno e três de inferno”.

No primeiro caso, a monocultura potenciou o desenvolvimento de quintas com maior poder económico, com extensas áreas de cultivo que empregavam a população das aldeias envolventes do local, num processo de concentração capitalista (Cepeda, 2002). Normalmente é possível reconhecer nestas estruturas limites definidos e uma clara hierarquia espacial entre a casa solarenga, como *villa rustica* e, habitualmente, de alguma erudição e os espaços agrícolas, sejam eles as lojas dos animais, as adegas e celeiros ou as habitações dos trabalhadores e criados, o que traduz a estrutura social também hierarquizada (Ferreira, 2009; Domingues, 2011). Nestes casos, a quinta é uma unidade de produção para o mercado, com o objetivo de obter rendimento do comércio dos produtos (fig. 1).

Na Terra Fria, porém, predominam os pequenos aglomerados rurais, assentes numa economia agropecuária de subsistência, sempre na proximidade imediata da aldeia, que foram objeto de estudos anteriores (Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961; Oliveira & Galhano, 1992). Nestes casos, o elemento agregador das habitações é sempre a rua, o elo de ligação com a aldeia. No entanto, a presença de aglomerados de maior dimensão, em que o comércio e os serviços assumiam maior relevância, potenciou modos de ocupação diferentes do território, como as pequenas quintas dispersas, produtoras de bens essenciais que abasteciam a cidade ou a vila (fig. 2).

Sistematizando o que é a Quinta na Terra Fria do Nordeste Transmontano, considera-se a afirmação de Jackson (1984): “no modelo de espaços que chamamos paisagem rural, o mais comum e elementar espaço é esse pequeno pedaço de terra em que vive e trabalha uma família”. Esta afirmação reflete a base económica destas estruturas agropecuárias familiares, que “pouco se eleva acima do nível da subsistência”



Fig. 1 – Exemplo de Quinta Solarenga.



Fig. 2 – Quinta de Vale das Flores, Bragança.

(Dias, 1953). Portanto, apesar da relação com o mercado na vila ou na cidade, as produções destinavam-se “predominantemente para autoconsumo”, isto é, tende a ser mais importante produzir para a manutenção do agregado familiar do que para o mercado (Cepeda, 2002). No Nordeste Transmontano e ainda nos finais dos anos 60, este modelo de exploração agrícola correspondia a “65% das explorações” (Cepeda, 2002).

### 3.2. Mapeamento

A maior densidade destas quintas encontra-se na envolvente da cidade de Bragança, o aglomerado de maior relevância na região. Apesar da dispersão e isolamento que caracteriza este tipo de arquitetura, é possível constatar uma maior concentração destas estruturas em torno da cidade, num limite máximo de 5 km. A investigação foca-se na análise de alguns casos de estudo na zona de Bragança, porém foi possível verificar o mesmo tipo de distribuição em volta dos principais núcleos da Terra Fria do Nordeste – Miranda do Douro, Vinhais e Vimioso – ainda que em menor escala.

Nas Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, repositório incontornável da história transmontana reunido pelo Abade de Baçal (Alves, 1938), estas quintas são também referidas, porém com foco nas linhagens familiares mais antigas e, sobretudo, identificação dos espaços religiosos associados a estas estruturas, como pequenas capelas ou cruzeiros. Através desta obra é possível datar a origem dos casos de estudo, alguns deles a partir do século XII, como a Quinta de Santa Apolónia. Para além disso, atesta a grande concentração destas quintas em volta da cidade, apesar de não as caracterizar detalhadamente, no inventário as “quintas dos arredores de Bragança” de meados dos anos 30. Embora este inventário refira cerca de 110 quintas identificaram-se atualmente aproximadamente 60, pois muitas delas entretanto desapareceram ou foram absorvidas pela cidade (fig. 3).

Apesar da grande diversidade de escalas, estas quintas são habitualmente mais pequenas do que as da Terra Quente e caracterizadas por uma produção agrícola familiar ou de subsistência, numa abordagem mais linear entre habitante, proprietário, construtor e agricultor, por vezes reunidos numa única entidade: o “agricultor autónomo”, isto é, aquele que apenas pontualmente recorre a mão-de-obra assalariada – jeiras (Cepeda, 2002). No Nordeste Transmontano, estes agricultores representavam “69% da área agrícola, o que supera largamente a média nacional (46%)” (Cepeda, 2002).

A principal exceção é a Quinta da Rica-Fé, uma das maiores da região, outrora pertencente aos jesuítas, e que se caracteriza por um funcionamento idêntico ao referido para as quintas da Terra Quente, com uma clara distinção entre os intervenientes no processo e um maior foco na produção para rendimento, ou seja, que não se destinava ao consumo interno, como o lúpulo, em meados do século XX. A hierarquia social reflete-se claramente no tipo de construção nobre do edifício principal, que não manifesta os princípios da arquitetura vernácula em análise. Por este motivo, e apesar da sua importância na história da cidade (Alves, 1938) este caso foi apenas considerado neste estudo no que respeita a relação com o território.

### 3.3. Agricultura familiar

A identificação de um padrão de ocupação do território permite compreender que estas estruturas estão alicerçadas numa agricultura familiar de subsistência e na proximidade à cidade, garante de ligação do homem à sociedade.

A geração de excedentes permitia obter rendimento extra através da venda de produtos no mercado diário da cidade, pelo que estar a curta distância era imprescindível, justificando a sua concentração. Por outro lado, a necessidade de ocupar os terrenos mais férteis e adequados para a agricultura leva a que se dispersem ao longo da rede hidrográfica.





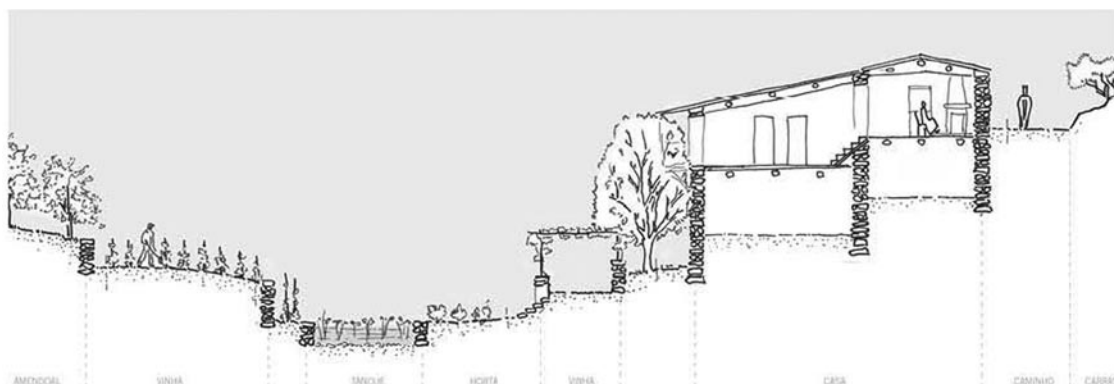


Fig. 4 – Secção-tipo da parcela na Quinta de São Lázaro – relação da casa com o território.

Paradigmática da indefinição dos limites das quintas, que nunca são permanentes e absolutos mas sim sujeitos a uma constante evolução e transformação, é a expressão local “casa em que caibas, terra que não saibas”, que traduz também a importância da memória e do reconhecimento empírico do lugar, em gerações sucessivas, numa “hierarquia doméstica própria” (Jackson, 1984) não perceptível pelo mundo exterior.

#### 4. OCUPAÇÃO E MODOS DE VIDA

A casa não é unicamente uma construção, é uma instituição criada para servir um complexo conjunto de fins. (Llano, 1996)

##### 4.1. Relação com o Território

A quinta relaciona-se com o território também a uma escala doméstica, pela proximidade à fonte, ao bosque, à horta ou à cortinha do gado. Neste tipo de ocupação do território, mais importante do que a definição dos limites e da área da parcela era a multiplicidade de produtos que proporcionava (fig. 4). Uma grande extensão de monocultura é menos frequente – ou até inexistente – do que uma pequena propriedade com uma grande diversidade de cultivos. Esta era a garantia da subsistência da quinta, proporcionando, por um lado, suprir as necessidades de consumo interno dos habitantes e, por outro, o pasto para o gado bovino e muar, força de trabalho essencial na atividade agrícola. Assim, todas as quintas dispunham de uma ou mais hortas e de lameiros, no caso de disporem de juntas de bois para lavrar as terras ou fazer os transportes.

Na Quinta de Campelo, na encosta a noroeste, entre o planalto de implantação da casa e o vale, sobre o suporte geológico rochoso, estende-se um extenso carrascal, que fornece o combustível para a lareira acesa em permanência e o forno que semanalmente cozia o pão. Tal como na Quinta dos Alimondes, este ocupava um edifício próprio e, pelas suas dimensões, podia chegar a consumir cerca de um carro de bois de lenha por cozedura. Nos vales encontravam-se lameiros para a pastagem das 3 ou 4 juntas vacas e algumas turinas, com agueiras conduzindo a água de acordo com as necessidades de rega (denominada rega de lima) e permitindo que estes terrenos permanecessem com elevada humidade ao longo de todo o ano e mesmo alagados durante o Inverno.

As diversas hortas localizavam-se também nas encostas dos vales ou junto dos lameiros, mas nestes casos a uma cota ligeiramente mais elevada, como se verifica na horta da cabana, de modo a evitar o

encharcamento que acontece nos lameiros e poderia ser ruinoso para as culturas. A rega era feita através de poças artificiais que permitiam acumular água e irrigar a horta por gravidade. A água para uso doméstico era recolhida na fonte empedrada a que se acedia por escadas, semelhante à da Quinta de Palhares, a cerca de 150m da habitação.

Com o aumento do rendimento, da família e da parcela, outros edifícios iam sendo integrados na Quinta, suprimindo necessidades de produção, habitação, armazenamento, ou de comunidade; como refere Llano (1996) a Quinta é uma instituição que serve um diverso conjunto de propósitos. Para além dos fornos e pombais, a quinta incluía, frequentemente ocupando edifícios autónomos, currais, palheiros, adegas e moinhos. Na Quinta de Campelo existia uma pequena forja que permitia produzir e reparar as ferramentas e alfaias agrícolas; na Quinta de São Lázaro, a exemplo de várias outras, foi construído um edifício com a função de lagar para substituir a pisa em tinhas de madeira nas próprias adegas; na Quinta de Palhares ganha particular destaque a capela oitocentista junto à casa, edifício religioso que se encontra também, por exemplo, nas Quintas da Rica-Fé e de Santa Apolónia e, segundo Abade de Baçal (1938) nas Quintas de Vale Flores e São Lourenço, embora hoje desaparecidas.

A presença de todos estes elementos não era uma condição essencial na quinta – pelo contrário, a cooperação com as quintas vizinhas demonstra a importância da complementaridade na gestão sábia dos recursos. Porém, a multiplicidade, compatibilizando as hortas com uma ou mais culturas e com a criação de gado ou animais de pequeno porte, era uma condição indispensável já que garantia que a quinta retirava do território o necessário à sua autossuficiência enquanto comunidade.

#### 4.2. Tempo Cíclico e Estrutura Familiar

A quinta é “não só o fundamento do funcionamento da economia agrícola, como o é da ordem social comunitária” (Capela, Borralheiro, Matos, & Oliveira, 2007) segundo uma estrutura social patriarcal, encabeçada pelo Padrinho –no sentido de patrono e não necessariamente de batismo– autoridade reconhecida que geria todos os recursos, das terras à alimentação, estabelecendo os direitos e deveres de cada um e mantendo a unidade e estabilidade da quinta (fig. 5). Sobre ele recaía o “direito enfiteútico e demais direito e costume agrário, das organizações dos trabalhos agrícolas, da repartição das limas e regas, dos roços, das vezeiras, de outros equipamentos coletivos, como os fornos, os moinhos, os animais reprodutores” mas também a regulação “desta economia à sua medida, atentando na sobrevivência de caseiros, jornaleiros, pastores, que são também a base e suporte desta pequena economia e sociedade” (Capela, Borralheiro, Matos, & Oliveira, 2007) num quadro predominantemente familiar.

Toda a família participava das tarefas da quinta: as mulheres encarregavam-se das refeições e das lidas domésticas, dos animais de pequeno porte junto de casa, iam ao mercado, tratavam da horta mas colaboravam também em “alguns trabalhos agrícolas quando não há homens suficientes em casa” (Dias, 1953); os mais novos



Fig. 5 – Sobreposição temporal:  
Padrinho – a quinta como estrutura social  
(Quinta de Campelo).

ocupavam-se do gado ou de levar as refeições aos homens que trabalhavam nos campos. O tempo era concebido em função da relação do homem com a terra: “é o nascer e o pôr-do-sol; são os aguaceiros, os nevões e as soalheiras; as sementeiras e as segadas; é, enfim, todo esse movimento cíclico da vida que não pára, mas se não vê andar que determina a actividade do homem” (Dias, 1953).

Para além da ininterrupta atividade agrícola, há ainda que fazer a manutenção das agueiras dos lameiros, dos caminhos e da casa “e assim, todos os anos, conforme as estações, vão-se repetindo os mesmos trabalhos, as mesmas festas, entre alegrias e dores, porque estas também não faltam” (Dias, 1953).

Este tempo cíclico manifestava-se nos modos de habitar a terra, de entender e representar a quinta, na leitura e interpretação dos processos que constroem paisagem, mas também nos modos de ocupação da casa – a intensa atividade ao ar livre, sobretudo no verão, faz com que esta assuma principalmente as funções de abrigo.

## 5. A CASA – ANÁLISE TIPOLÓGICA

[A casa] é o instrumento de acomodação do homem na terra, e a ligação, o vínculo do homem com a paisagem, fazendo que a sua vida, consistente fundamentalmente numa relação com o meio, se expresse na casa, permitindo que dela possa deduzir-se toda a demais cultura. (Risco, 1933)

### 5.1. Diversidade Morfológica

As quintas em estudo têm em comum a mesma atitude perante o território, partilhando formas de fazer, de habitar e de representar a habitação, enquanto mediadora entre o homem e a natureza, que permitem reuni-las no mesmo tipo cultural (Croizé, Frey, & Pinon, 1991). Porém, a unidade do tipo enquanto matriz de organização, é suscetível de ser concretizada por distintas soluções formais, como refere Barata Fernandes (1996). Apesar de expressarem relações comuns com o território, seja à escala da cidade ou da parcela, no que à casa diz respeito a multiplicidade de morfologias encontrada aparenta uma diversidade que não encontra tradução direta na forma como os utilizadores se apropriam da casa.

A otimização da integração da casa no meio, sobretudo a adaptação à topografia, é um dos principais fatores de transgressão da morfologia mas não é o único. A evolução faseada, a reconstrução (total ou parcial), a extensão ou a divisão, são exemplos de circunstâncias que provocaram alterações formais nos exemplares estudados.

Ao nível da composição formal da planta da casa foi possível distinguir nas quintas identificadas duas configurações base: quadrada ou retangular, associadas a diferentes relações com a



Fig. 6 – Casa da Pintora morfologia quadrada.

parcela. As casas de planta quadrada relacionam-se habitualmente com propriedades agrícolas de menor dimensão, com exploração à renda e com condições topográficas de difícil acesso, como a Quinta de São Lázaro ou a Casa da Pintora (fig. 6). Esta morfologia caracteriza-se por uma organização espacial simplificada, com todas as funções associadas num único edifício de dois pisos, parcialmente enterrado até ao nível do sobrado. O piso térreo é normalmente ocupado por funções agrícolas, enquanto todas as funções de habitação se concentram no piso superior.

As casas de planta retangular encontram-se normalmente em propriedades com maior rendimento e dimensão, em que o regime de propriedade permitia e facilitava a expansão continuada. Desta forma, não se descarta a possibilidade de algumas das quintas identificadas nesta morfologia derivarem da anterior. Apesar de se verificar sempre uma adaptação da casa à topografia, como na Quinta do Marrão ou de Britelo, é frequente encontrar esta morfologia associada a implantações em zonas com declives pouco acentuados, como nas Quintas do Ferro ou de Campelo. Também nestes casos o piso superior era destinado primordialmente a habitação e o acesso era efetuado pela escada em pedra, que, ao contrário do que acontece na quinta de São Lázaro, fazia parte integrante da composição do alçado, como se vê na Quinta do Ferro ou na Quinta de Britelo (fig. 7). Estes dois exemplos demonstram que esta morfologia era normalmente marcada pela presença da varanda no alçado principal, ainda que este não fosse um elemento indispensável ou pudesse apresentar outras orientações, tal como na Quinta do Marrão em que a varanda surge num dos topos do edifício.

Ainda que hoje nenhuma das quintas analisadas manifeste de forma óbvia uma distribuição do tipo Casa-Pátio, supõe-se que esta seria a configuração encontrada na Quinta dos Alimondes e na Quinta de Campelo, antes da adição de novas habitações, nos anos 60/70, sobre os pátios (fig. 8). A casa-bloco é mais evidente, sobretudo nas casas de planta quadrada e de menores dimensões, como a Casa da Pintora, a Quinta da Ponte do Jorge, a Quinta da Tirola ou a Quinta do Cano. No entanto, a situação mais frequente é a casa-rua, pois se por um lado esta se manifesta claramente, por exemplo, nas Quintas do Marrão, dos Diogos ou de Palhares, é também facilmente identificável em situações mistas, em que à distribuição casa-bloco vão sendo agregados novos edifícios agrícolas, em função das necessidades, tal como se verifica na Quinta de São Lázaro e foi relatado na Quinta de Vale das Flores. Este tipo de configuração, associado às divisões por herança, faz com que algumas destas Quintas se tenham desenvolvido enquanto pequenas aglomerações ou lugares, como as Quintas da Seara, a Quinta do Reconco ou a Quinta das Carvas.



Fig. 7 – Quinta de Britelo morfologia rectangular.

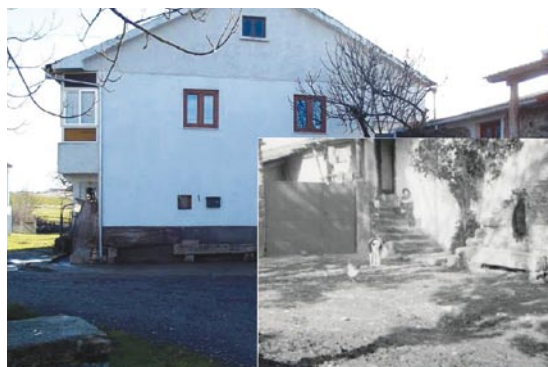


Fig. 8 – Sobreposição temporal: construção sobre o pátio anula relações de transição (Quinta de Campelo).

Desta análise é possível inferir a primazia dos requisitos pragmáticos sobre o conforto, demonstrando que estas quintas, mais do que habitações isoladas eram realmente unidades de produção agrícola que permitiam o funcionamento da economia doméstica e local. Eram, assim, elementos de uma estrutura económica e social, confirmando a afirmação de Vicente Risco (1933): a compreensão da casa permite compreender uma cultura e os seus modos de habitar.

## 5.2. Evolução e sobreposição

A organização dos espaços interiores culminando na cozinha pode enunciar uma evolução da casa em redor deste espaço, através de expansões sucessivas. Na sua análise das quintas de Karelia, Alvar Aalto afirma “o edifício começa com uma só e modesta célula, ou com imperfeito embrião de edifício-refúgio para um homem e vários animais, e que depois, figurativamente falando, cresce ano após ano” (Aalto, 1968). Este processo de evolução ao longo do tempo, em função das necessidades e da economia, pela expansão da família e/ou pelo aumento do rendimento, era visível nas sucessivas fases de construção mas foi também confirmado pelas entrevistas a antigos residentes. Na impossibilidade de analisar sob esta perspetiva todos os casos de estudo, analisaram-se dois exemplos que, pelas suas diferenças, pareceram paradigmáticos das diferentes formas de fazer: a Quinta de Campelo (fig. 9) e a Quinta de São Lázaro (fig. 10).

A quinta de São Lázaro é, provavelmente, um dos exemplares em que a construção faseada é mais evidente, sobretudo na diferente altimetria do telhado de duas águas, em que a vertente a Sul é mais elevada sobre a cozinha. No entanto, esta não é a única marca que distingue cronologicamente as fases de construção: também a espessura e composição da parede em xisto que divide os quartos da cozinha permitiu depreender que esta seria originalmente uma parede exterior e a padieira em madeira no alçado noroeste permitiu identificar o encerramento de uma porta, bastante legível na secção transversal do edifício. Neste aspeto, a Quinta de São Lázaro assemelha-se muito com a casa da Pintora, onde também foi possível distinguir duas fases de construção: uma primeira constituída por um volume de pequenas dimensões, sem divisões interiores e servindo simultaneamente de arrecadação, abrigo e cozinha (na Pintora com apenas um piso térreo e em São Lázaro com loja e sobrado) e uma segunda fase, em que ao retângulo inicial foi justaposto um outro, de maiores dimensões, coberto pelo prolongamento da vertente do telhado existente, com dois pisos e divisões interiores, permitindo já distinguir zonas sociais (cozinha), zonas privadas (quartos) e zonas agrícolas (lojas). Todavia, na Casa

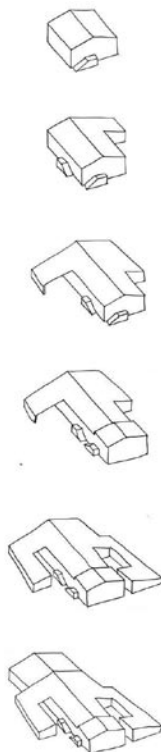


Fig. 9 – Evolução Faseada:  
Quinta de Campelo.

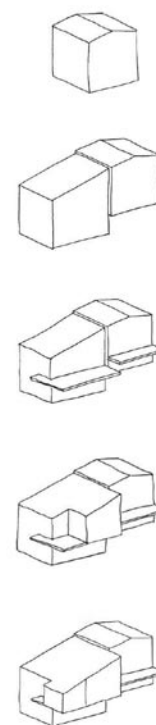


Fig. 10 – Evolução Faseada:  
Quinta de S. Lázaro.

da Pintora a expansão parece ter sido mais racional e, provavelmente, durante uma única fase. Na Quinta de São Lázaro a existência de duas varandas e de uma espessa parede de xisto entre dois dos quartos e o corredor parece enunciar uma terceira fase de expansão, presumindo-se que a um primeiro crescimento da célula base para dois quartos, se justapôs uma varanda em L, nas fachadas nordeste e sudeste, posteriormente encerrada em dois momentos diferentes de modo a conseguir mais dois quartos. Em suma, foi possível distinguir na Quinta de São Lázaro cinco fases diferentes de transformação da forma e do espaço em função das necessidades, partindo do elemento base que era a cozinha.

Na Quinta de Campelo a evolução faseada é evidenciada pela adição sucessiva de edifícios em torno não de um mas de dois pátios – noroeste e sudeste. Algumas destas construções são já datáveis pelas memórias dos residentes, nomeadamente a expansão lateral da casa para norte, as salgadeiras e a forja, por volta de 1940. Apesar de relativamente recentes, estas perpetuavam o modo de construir tradicional aprendido das gerações anteriores, recorrendo aos materiais locais e às mesmas soluções construtivas encontradas na casa original, referenciada pelo Abade de Baçal desde 1697. A área total desta intervenção, principalmente para adição de programa agrícola, representa quase metade (44%) do total de área coberta, demonstrando claramente um aumento não só do número de habitantes mas, sobretudo, do rendimento da quinta e da própria parcela. Como refere Llano (1996) “para seguir a evolução morfológica da casa-vivenda há que referir-se mais do que a um processo cronológico, a um processo de evolução ou estancamento económico”. Mas este não parece ter sido o único crescimento desta casa, já que o processo de levantamento permitiu identificar vestígios de processos anteriores, nomeadamente do encastramento de escadas de pedra na parede da loja (que era exterior antes da expansão de 1940) expressando uma outra relação da casa com o exterior, mas também na espessa parede de pedra que separa a sala de refeições do dormitório, no alinhamento da parede da tulha. Considerando que esta poderia ter sido originalmente uma parede exterior, pode deduzir-se que a configuração da casa da quinta de Campelo evoluiu a partir de uma morfologia quadrada, já referida, demonstrando como estas classificações não são estanques. Este pode ter sido o processo de crescimento das Quintas do Marrão ou de Britelo e, ainda numa fase mais embrionária de repetição do módulo quadrangular, da Quinta do Roque por exemplo.

A casa é construída, mantida e reconstruída de modo contínuo pelos seus habitantes. A caiação e as pequenas reparações no telhado eram operações comuns, sem uma periodicidade definida, que se limitavam a resolver problemas de infiltrações pontuais. A ausência desta manutenção originava problemas maiores, como o desmoronamento relatado no palheiro da Quinta de Vale das Flores, que exigiu a reconstrução parcial da cobertura, mas que ainda assim é encarado com grande naturalidade. A casa é uma entidade cambiante, amórfica, espontânea, num “contínuo estado de construção em que o construtor é o habitante e o habitante é o construtor” (Ray, 1997). Na ausência desta distinção e num processo em que todos colaboravam nos períodos com menores tarefas agrícolas, as formas de construir perpetuavam-se, não só porque eram as únicas conhecidas – passadas de geração em geração – mas, sobretudo, porque eram as únicas que utilizavam os recursos existentes no local, desde a pedra, à madeira, passando pelo barro, demonstrando-se que, em muitos casos, a quinta era autossuficiente não só ao nível do consumo mas também ao nível da construção.

Esta linearidade entre construtor, proprietário, habitante, agricultor, perdura através do tempo, pois, como refere Lisón Tolosana (1971) “uma vez construída a casa, esta seria chamada pelo nome ou alcunha do proprietário”, numa relação de simbiose que se prolonga mesmo depois do desaparecimento da linhagem original, com os residentes a serem conhecidos pelo nome da casa. Esta relação entre a toponímia das quintas e os seus proprietários é clara em muitos dos casos analisados, acabando por anular ou se sobrepor ao nome original. Exemplos disso são a Quinta do Cano, mais conhecida na cidade por Quinta do Pássaro; a Quinta de Vale das Flores, conhecida como Quinta dos Calaiinhos; a Quinta dos Alimondes e a Quinta

dos Carrazedos, em que os nomes identificam a origem dos proprietários, em aldeias vizinhas; a Quinta da Joana Dias ou a Quinta da Traginha (derivado de Teresinha), que designam não os últimos proprietários conhecidos mas linhagens muito mais antigas, de origem hoje desconhecida pelos residentes.

Esta representação da casa significa mais do que o lugar onde se vive, ganhando expressão os conceitos de apropriação e sobreposição. O primeiro sintetiza a forma como o homem, ocupando a terra gradualmente, a torna sua, adaptando-se a ela mas adaptando-a também aos seus modos de vida, conquistando o seu lugar palmo a palmo ao longo de várias gerações, fixando na casa a sua relação com a envolvente. As quintas em estudo demonstraram que esta apropriação era muitas vezes conseguida pela sobreposição, num acumular de camadas sucessivas, não apenas espaciais e construtivas mas, sobretudo, funcionais. A sobreposição pode ser sincrónica ou diacrónica, consoante reflita a multiplicidade de apropriações em simultâneo ou em diferentes momentos no mesmo lugar. Exemplo das sobreposições sincrónicas são as cozinhas, como na Quinta de São Lázaro, que para além de zonas de preparação das refeições eram o lugar de convívio e reunião familiar, onde se comia e se conversava no final do dia de trabalho, no escano à lareira, mas também onde se desenvolviam outras tarefas domésticas como cardar o linho e fiar a lã. Também os palheiros e despensas assumiam outras funções para além das de armazenamento, nomeadamente durante o período noturno, em que a parte superior das tulhas, grandes arcas em madeira para armazenamento de cereais, era utilizada como zona de dormir, como na Quinta de Vale das Flores.

A análise ao processo evolutivo deste exemplar demonstrou ainda processos de sobreposição diacrónica, já que com a expansão da casa – e da quinta – e a novas necessidades, se vão alterando as funções programáticas de cada dependência: o encerramento de um alpendre ou de uma cortinha do gado pode originar um palheiro, com a expansão da casa este pode ser utilizado como espaço de habitação multifuncional, e com a subdivisão o mesmo lugar pode assumir-se como lugar de encontro, refeições ou alcova. Assim, a variedade formal e a indefinição espacial, traduzem-se numa grande flexibilidade desta arquitetura na resposta aos problemas quotidianos dos seus habitantes, no seu contexto social, cultural e económico.

## 6. CONCLUSÕES

A descrição efetuada até ao momento permite compreender a diversidade formal destas estruturas, mas explicita também de que modo as alterações ao longo do tempo contribuem para a adulteração da leitura da forma. Num grande número de casos encontraram-se alterações à forma por via de herança e pela divisão em frações autónomas, como na Quinta do Marrão. Neste caso, a divisão implicou ainda processos de extensão, pois em cada fração foi adicionado um novo corpo com cozinhas, já que não dispunham deste espaço no interior. O mesmo aconteceu na Quinta de Palhares; porém a extensão não é um processo exclusivo do século XX, mas o resultado das necessidades funcionais ao longo dos séculos, como é notório neste caso pela adição da capela, do alpendre ou da casa do forno. Outras alterações por extensão verificaram-se nas Quintas de Campelo ou dos Alimondes, com a adição de novos volumes sobre o pátio, anulando assim as relações entre o interior e o exterior através deste espaço de transição.

Apesar da heterogeneidade formal, este tipo de quintas tem em comum a proximidade à cidade e a adaptação ao meio físico – regime de ventos, exposição solar dominante, adaptação à topografia e sobreposição com a rede hidrográfica; a presença de uma ou várias hortas para subsistência e fornecimento do mercado local; a criação de animais de trabalho – gado bovino e muar –, ou para alimentação – animais de capoeira, porcos e gado ovino ou caprino; a existência de pastos para os animais; a diversidade de



produção agrícola, desde o cereal ao azeite, passando pela castanha e pela vinha; a concentração de diversas funções programáticas essenciais para o funcionamento da quinta, desde os edifícios religiosos à forja, passando por fornos e moinhos.

A variedade formal exterior e a indefinição espacial interior resultam da adaptação ao contexto físico imediato: um declive mais ou menos acentuado, a exposição solar da encosta, a geologia mais ou menos rochosa do lugar de implantação ou os ventos dominantes, determinam a orientação solar do edifício e do espaço de transição, como a varanda de topo da Quinta do Marrão, os pés-direitos e a cota de enterramento das adegas, e mesmo o número de vãos nas fachadas, como manifesta a parede cega a sudoeste na Quinta de Vale das Flores. Porém, fica também patente que a casa é uma entidade que evoluiu com quem a habita, em função do crescimento da família mas, sobretudo, do rendimento económico da quinta. Para além de demonstrar uma maior disponibilidade financeira, este implica, normalmente, necessidades espaciais acrescidas, pelo aumento da produção a armazenar mas também da força de trabalho, com mais habitantes e mais animais para alimentar e alojar.

O reconhecimento da diversidade morfológica e funcional dos casos de estudo permite clarificar que o tipo não deriva de um modelo formal imposto mas demonstra formas de resolver os mesmos problemas do dia-a-dia, seja na relação com o habitar, o programa ou a envolvente, mas sempre alicerçado na relação com o habitante-construtor e a evolução da família.

Verificou-se que estas quintas representam a identidade de uma comunidade, apresentando traços comuns que traduzem formas de construir, conceções do tempo e modos de vida partilhados. Este Património “inclui [as] transformações necessárias e uma contínua adaptação” (ICOMOS, 1999), como se verificou ao nível da parcela, com os limites indefinidos, mas também da casa, sujeita a processos de reconstrução continuados. Tentar proteger este património através da estagnação em projetos anacrónicos revela desconhecimento do seu significado e contribui para o seu desaparecimento, por não permitir que responda a novas necessidades.

O desaparecimento destas estruturas deve-se essencialmente a razões políticas, como a perda de competitividade da agricultura nos mercados globais e o abandono da ideia de comunidade em favor do individualismo. A sua reativação depende essencialmente de uma mudança de mentalidade, que permita tirar partido das oportunidades do lugar, em estratégias integradas que reinterpretem o sistema de relações identificado neste levantamento.

## REFERÊNCIAS

- AALTO, A. (1968) – *Sketches*. Cambridge MA: MIT Press.
- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. (2001) – *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo.
- ALVES, F. M. (1938) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (1982 ed.). Bragança: Museu Abade de Baçal.
- ARGAN, G. C. (2008) – Sobre a tipologia em arquitetura. In NESBITT, K. – *Uma nova agenda para a arquitectura*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 268-274.
- BARATA, J. P. (1989) – *Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa: Direcção de Relações Internacionais e Filatelia Correios e Telecomunicações de Portugal.
- CAPELA, J. V., BORRALHEIRO, R., MATOS, H., & Oliveira, C. P. (2007) – *As freguesias do distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: Universidade do Minho.
- CEPEDA, F. J. (2002) – *A Agricultura no Nordeste Transmontano – in honorem Belarmino Afonso*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, pp. 165-296.

- CHOAY, F. (1992) – *L'Allégorie du patrimoine* (1999 ed.). Paris: Seuil.
- CHOAY, F. (2009) – *As Questões do Património – Antologia para um Combate*, trad. de L. F. Sarmiento (ed. 2011). Lisboa: Edições 70.
- CORAJOURD, M. (1989) – Le Paysage comme Synthèse. In BERSANI, C. – *Composer le Paysage*. Seyssel, Champ Vallon.
- CORBOZ, A. (2001) – *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon: Éditions de l'Imprimeur.
- CROIZÉ, J.-C., FREY, J.-P., & PINON, P. (1991) – *Recherches sur la typologia et les types architecturaux*. Paris: L'Harmattan.
- DIAS, J. (1953) – *Rio de Onor – Comunitarismo Agro-Pastoril* (1981 ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- DIAS, J. (18.06.1968) – O Estudo Etnológico das Aldeias Portuguesas. In *Jornal de Notícias*.
- DOMINGUES, Á. (2011) – *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora.
- FAUSH, D. (1997) – Ugly and ordinary: the representation of everyday. In HARRIS, S. & BERKE, D. – *Architecture of the Everyday*. New York: Princeton Architectural Press
- FERREIRA, T. (2009) – *Alfredo de Andrade (1839-1915) em Portugal: Cidade, Património e Arquitetura*. Milano: Politecnico di Milano.
- FERREIRA, T. (2013) – Alfredo de Andrade's (1838-1915) Surveys on Vernacular Architecture across Italy and Portugal. In LEAL, J. C.; MAIA, M. H. & CARDOSO, A. – *To and Fro: Modernism and Vernacular Architecture*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo, pp. 89-104.
- HOYER, S. (1999) – Things Take Time and Time Takes Things: The Danish Landscape. In CORNER, J. – *Recovering landscape: essays in contemporary landscape architecture*. New York: Princeton Architectural Press, pp. 69-78.
- ICOMOS. (1999) – *Carta del Património Vernáculo Construído*. México.
- IPMA. (23.09.2013) – Normais Climatológicas – 1981-2010 (provisórias) – Bragança. Obtido de Instituto Português do Mar e da Atmosfera: <URL <http://www.ipma.pt>>.
- JACKSON, J. B. (1984) – *Discovering the Vernacular Landscape*. Yale Univeristy Press.
- JUAN, L. M. (2013) – *El paisaje próximo. Fragmentos del Vale do Ave*. Guimarães: Universidade do Minho.
- LLANO, P. D. (1996) – *Arquitectura Popular en Galicia - Razón e construcción*. España: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia.
- OLIVEIRA, E. V., & GALHANO, F. (1992) – *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1994 ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- RIBEIRO, O. (1995) – *Opúsculos Geográficos – Estudos Regionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RISCO, V. (1933) – *Estudio Etnográfico da Terra de Melide*. Compostela: Seminario de Estudos Galegos.
- SALDANHA, R. (Realizador). (2008) – *Em Nome da Terra* [Filme].
- SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS. (1961) – *Arquitectura Popular em Portugal*. (F. K. Amaral, ed.) Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- TELLES, G. R. (1998) – A construção na composição da paisagem rural. In TEIXEIRA, G. B. & BELÉM, M. C. – *Diálogos de edificação – técnicas tradicionais de restauro*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, pp. 136-139.
- TOLOSANA, C. L. (1971) – *Antropologia Cultural de Galicia*. Madrid: Siglo XXI.